

VERSO

Cearense tem
coleção com 80
bebês reborn

P. 16



DOMINGO

Diário do Nordeste

18 de maio de 2025 Ano 44/Nº15422
DOMINGO

Fundador: Edson Queiroz
www.diariodonordeste.com.br

CADÊ CANOA?

Reportagem especial do Diário do Nordeste mostra a história por trás
do desaparecimento de Lizangela Rodrigues, que já dura 870 dias. Tia de Mizael, adolescente
morto durante ação policial em Chorozinho, era a principal testemunha do crime **P. 2 a 9**



DESTAQUE

CADÊ
CANOA?

Cadê Canoa? A história por trás do desaparecimento de Lizangela Rodrigues. Tia de Mizael, adolescente morto durante ação policial na Grande Fortaleza, era a principal testemunha do crime. Circunstâncias exatas do desaparecimento seguem vagas, com diferentes hipóteses para o sumiço

Ideides Guedes ideides.guedes@svm.com.br



O desaparecimento de Lizangela Rodrigues da Silva Nascimento naquele sete de janeiro de 2023 deixou o único acesso do Residencial Irmã Alzira, no município de Chorozinho, na Grande Fortaleza, sob total controle do Comando Vermelho (CV). À época, foram impostas restrições para quem entrava e saía do local, interferindo diretamente na rotina dos moradores. O medo era de que a polícia invadisse a favela novamente e usasse o episódio para prender integrantes da facção carioca.

Lizangela estava incluída

no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Ceará (Provita) no momento do desaparecimento, por ser a principal testemunha do caso envolvendo seu sobrinho, Mizael Fernandes da Silva, 13, morto por policiais enquanto dormia, em 1º de julho de 2020. A Polícia Militar alegou que buscava um traficante com características semelhantes às do garoto. Era Francisco Casiano da Silva Araújo, 25, o ‘Sequestro’, que foi preso em 18 de novembro daquele mesmo ano. A única semelhança era

a cor da pele, já que a altura, formato do rosto, peso, estilo e cor do cabelo e dos olhos eram totalmente diferentes. Um era criança, o outro um adulto. ‘Sequestro’ nunca foi ouvido no caso.

“Cadê Canoa?”. As informações, assim que apareciam, eram repassadas para a cúpula superior do CV. Todos eram suspeitos. Após uma semana de bloqueios e interrogatórios, um salve, uma espécie de comunicado oficial, foi distribuído informando que estava proibido falar do desaparecimento de Lizangela.

DESTAQUE



Dois anos se passaram e o cenário continua o mesmo. O isolamento da comunidade é ainda mais acentuado com o atual desenho urbano do distrito de Triângulo. Uma escola de ensino fundamental é o limite da área pacificada. Ninguém entra sem autorização. Os que tentam arriscar pagam o preço de terem os passos monitorados pelos ‘meninos’, como são classificados os soldados do grupo criminoso.

A cena do sumiço de Canoa permanece no campo da imaginação. Segundo familiares, ela saiu com uma desconheci-

da para visitar uma casa durante a manhã e não voltou. Lizangela estava em Triângulo desde o fim de dezembro para as comemorações das festas do fim de ano, mesmo convivendo com ameaças e intimidações relacionadas ao seu testemunho contra os policiais envolvidos na morte de Mizael. Essas ameaças visavam afastá-la de colaborar com as investigações.

Moradores ouvidos pela reportagem apontam que a mulher foi assassinada por “falar demais”. O desaparecimento de Lizangela coincidiu com a

fase de instrução processual do caso Mizael, na qual seu depoimento seria crucial. Isso gerou questionamentos sobre possíveis motivações para silenciá-la.

Canoa era porta-voz da família, quem participava das audiências e dava entrevistas à imprensa. Ao Sistema Verdes Mares, no dia oito de junho de 2022, Lizangela contou que convivia com medo, mesmo após os policiais virarem réus. “Isso só comprova que a Justiça existe. O que me comove hoje é saber que o Mizael não foi esquecido pela Justiça. Sen-

timos muita gratidão. Mizael não será apenas mais um. Sentimos medo, mas sabemos que Deus é quem nos protege”.

A descrição da noite do assassinato acompanhava Canoa em todas as entrevistas, sempre carregada de emoção e indignação. À Ponte Jornalismo, em quatro de julho de 2020, lembrou que “quando eu pisei na sala, eu só vi o clarão no quarto e o tiro. Aí eu falei ‘moço, você matou a criança que estava dormindo aí no quarto?’. O policial maior, que atirou, não respondeu e veio correndo, falando ‘fiz merda,

Distrito de Triângulo, no município de Chorozinho, na Grande Fortaleza

DESTAQUE



Monumento ao Menino Jesus de Praga

fiz merda’. E me empurrou para fora. Mandaram a gente ficar mais afastado, mais ou menos 200 metros da minha casa”.

A Polícia Civil do Ceará (PC-CE) abriu um inquérito e iniciou uma investigação, mas não há informações conclusivas sobre o caso após 870 dias do desaparecimento. Em 30 de agosto de 2023, o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) solicitou que o juiz intimasse a Delegacia de Polícia Civil de Chorozinho para a produção do relatório final. Após um ano, o juiz percebeu que a delegacia nada apresentou ou requereu. Em março último, uma nova solicitação foi realizada. O inquérito está sob sigilo de justiça.

O Diário do Nordeste foi até a Delegacia de Polícia Civil de Chorozinho pedir esclarecimentos, mas, segundo os três policiais que estavam em serviço, o delegado realizava um procedimento externo que

duraria uma semana. Em nota, o MPCE informou que o caso encontra-se na fase de inquérito policial e que o processo é sigiloso, não podendo repassar mais informações para não prejudicar as investigações da Polícia.

Programa de Proteção

Lizangela precisou entrar no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) para garantir a segurança durante a apuração do inquérito, em 2020. “A gente ficou desatualizada de tudo, nossa casa ficou abandonada, meu esposo perdeu o trabalho, mas é coisa que a gente está lutando por Justiça e estamos aqui de cara limpa clamando pela mesma!”, relatou durante entrevista ao Diário do Nordeste em 25 de setembro daquele ano.

O Provita é um programa estadual que visa proteger vítimas e testemunhas que enfrentam ameaças graves

devido à sua colaboração em investigações ou processos criminais. As medidas de proteção incluem mudança de residência, sigilo de informações pessoais e suporte psicossocial. A inclusão no programa é baseada na gravidade da ameaça e na importância da testemunha para o processo judicial. O prazo de permanência é de dois anos, podendo ser estendido em razão da manutenção do risco ou da continuidade da colaboração com a justiça.

“A gente não teve direito de ficar de luto, no velório, só enterrou o corpo de Mizael após a delegada mandar encerrar, porque a gente queria que fosse feito tudo, então foi um pouco difícil. Como ocorreu na minha casa, eu tive de sair de casa e deixei tudo pra trás”, finalizou Lizangela.

Canoa havia deixado o Ceará com apoio do Provita devido a ameaças recebidas. Entretanto, em dezembro de 2022, retornou a Chorozinho

sem comunicar ou obter autorização do programa, o que a deixou vulnerável. Esses fatores levantam preocupações sobre a eficácia das medidas de proteção oferecidas pelo Provita e destacam a necessidade de revisão e fortalecimento dos protocolos de segurança para testemunhas em situações semelhantes.

Para Higor Rodrigues, coordenador da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), os programas de proteção precisam ser aprimorados, como toda e qualquer política, por conta da complexidade. Ele explica que as situações de ameaças são dinâmicas e exigem respostas rápidas. O desaparecimento de Canoa é um exemplo disso, porque o problema central, a morte de Mizael, é decorrente da violência policial, cometida por agentes do Estado, criando uma série de fragilidades.

870

Dias
desde o desaparecimento de Lizangela Rodrigues

DESTAQUE



“É necessário canais efetivos de denúncia, um esforço de apuração e responsabilização com celeridade, porque a demora na investigação e na responsabilização expõe denunciantes e testemunhas a uma situação de insegurança imensa. Uma outra questão é o esforço técnico para a apuração e investigação. Elas precisam se amparar em provas técnicas”.

Atualmente, cerca de 500 pessoas, entre testemunhas e familiares, são atendidas pelo programa no País. Em 2024, o Provita teve repasse de mais de R\$25 milhões para as 16 unidades federativas. A execução do programa ocorre por meio de convênio com as secretarias estaduais, que, por sua vez, firmam termos de colaboração com organizações da sociedade civil (OSC) de direitos humanos.

Durante o Encontro Nacional de Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, em Brasília, em

Segundo familiares, Canoa saiu com uma desconhecida para visitar uma casa durante a manhã e não voltou

Moradores ouvidos pela reportagem apontam que a mulher foi assassinada por “falar demais”

8 de abril deste ano, o secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Bruno Renato Teixeira, informou que, ao longo de 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) firmou e ampliou convênios, além de outros instrumentos de cooperação em âmbito estadual e federal. A medida, segundo ele, visa garantir a continuidade dos programas de proteção e demais políticas públicas voltadas aos direitos humanos, evitando interrupções nas ações já implementadas.

“O MDHC ampliou todos os programas estaduais, aperfeiçoando os planos de trabalho, aumentando equipes e disponibilizando recursos para equipamentos de comunicação e de segurança. Os antigos Planos de Trabalho estavam defasados e não atendiam às especificidades das Equipes Técnicas”, explica.

Nas unidades da federação

em que não há convênios com a União, a execução fica sob a responsabilidade do Provita, de gestão direta do MDHC, em parceria com entidade da sociedade civil de direitos humanos.

Procurada pela reportagem, a Secretaria dos Direitos Humanos do Ceará (Sedih) informou que Lizangela não fazia parte do Provita no período em que desapareceu. Questionada sobre quando e por qual motivo ela teria deixado o programa, a pasta alegou que não poderia divulgar a informação, justificando a decisão como medida de segurança para os demais protegidos.

‘Cadê teu Deus?’

Leidiane Rodrigues da Silva Fernandes, 32, passou a madrugada ansiosa e em silêncio no dia do desaparecimento de Canoa. Precisava recarregar as energias para enfrentar mais um momento de dor. Lizangela era irmã, mas, também,

DESTAQUE

mãe. Reservou a manhã do dia seguinte para começar as buscas. Logo cedo, reuniu a família e amigos em casa para traçar uma estratégia que pudesse chegar ao paradeiro de Canoa. A necessidade de encontrar Canoa o mais rápido possível explicava a escolha das pessoas do grupo. A pé, passou as primeiras 24h distribuindo, entre quem passava, uma imagem da irmã.

Lizangela era o pilar da família de quatro mulheres. Foi ela quem ajudou a criar os filhos de Leidiane. Na época da gravidez de Mizael, Canoa se ofereceu a cuidar da criança para que a irmã pudesse trabalhar. Conseguiu o pequeno enxoval, pedindo a um e outro. A união entre as duas se tornou ainda mais fortalecida na criação do menino. O carinho, que Lizangela costumava a dar, era sempre fortalecido de conversas e ensinamentos.

A pedido da irmã, durante as investigações do Caso Mizael, Leidiane ficou longe das audiências para não agravar os seus problemas psicológicos provenientes do assassinato do filho. As duas trocavam mensagens, quando uma novidade surgia. “Ela me protegia”, conta emocionada.

No dia que Mizael foi morto pelos policiais, o menino estava na casa de Canoa para finalizar um tratamento de saúde. Durante a manhã, foi para uma consulta no Hospital Municipal de Chorozinho tratar uma lesão nas partes íntimas. Na madrugada, quando recebeu uma ligação de um dos sobrinhos para levar o registro

de Mizael à unidade de saúde, Leidiane achou que o filho pudesse ter sido internado, não imaginando algo pior. O silêncio das pessoas fez a mulher mudar de ideia. Desesperada, insistiu pela verdade. Falaram que ele havia levado um tiro. Não acreditou. Já passava da 1h da manhã e Mizael dormia cedo, retrucou. A mãe aumentou a pressão por respostas. Um grupo de enfermeiras perguntou quem ela procurava. Após informar que se tratava de uma criança que havia levado um tiro de raspão, soube de que o único menino com características semelhantes estava morto com uma perfuração no peito. Desesperou-se. “Canoa, cadê teu Deus? Tanto que você levou o meu filho para a igreja. Por que vocês deixaram fazer isso comigo?. “O que vai ser de mim sem o meu Lorim?”.

Canoa acolheu mais uma vez a irmã. A única preocupação era poupar Leidiane de mais sofrimento. Após fazer a liberação do corpo, começou a organizar o velório em meio a pandemia de Covid. A cerimônia aconteceu, mesmo com as restrições sanitárias. Mizael foi enterrado com o terno que usou no primeiro desfile cívico da escola onde estudava.

Mizael tinha 13 anos, mas aparentava ter menos. Amava cavalos e havia ganhado o ‘Pé de pano’ semanas antes. Ficou tão influenciado pelos trabalhos do tio e do avô que queria ter a mesma vocação. Começou a treinar montaria no quintal. Com dez, começou a aperfeiçoar o dom. As chances de mudar a vida da família, segundo

o menino, eram grandes. Com o dinheiro que ganhasse, compraria uma máquina de lavar para a mãe e os remédios da avó. Não teve tempo.

Cada minuto sem o filho representa uma eternidade para Leidiane. Para ela, a sua vida foi retirada em 1º de julho de 2020. Ainda não conseguiu se desfazer das coisas do Mizael. A cama onde o menino foi assassinado serve de dormitório para a filha mais nova. A pequena ‘vê’ e ‘conversa’ com o irmão todos os dias. Leidiane sempre que percebe que isso está acontecendo, de forma instintiva, implora a Deus para que presencie o mesmo episódio sobrenatural. Chora.

Para Leidiane, o sumiço de Canoa representa também a morte da esperança de que o crime fique na impunidade. Hoje, sozinha, luta por justiça contra quem deixou as piores marcas na alma e as mais tristes lembranças. “Um dia eu verei todos na cadeia. Eu juro”.

Posições distintas do MPCE
Ao longo do processo judicial relacionado à morte de Mizael, o MPCE apresentou duas posições distintas. Em 3 de junho de 2022, o órgão denunciou o sargento Neemias Barros da Silva por homicídio qualificado, alegando que o disparo contra Mizael foi realizado com recurso que impossibilitou a defesa da vítima. Neemias e os policiais Luiz Antônio de Oliveira Jucá e João Paulo de Assis Silva foram acusados de fraude processual, por supostamente alterarem a cena do crime e implanta-

“Um dia eu verei todos na cadeia. Eu juro”

Leidiane Rodrigues
Mãe de Mizael e irmã de Lizangela

Para Leidiane, o sumiço de Canoa representa também a morte da esperança de que o crime fique na impunidade



Mizael Fernandes foi morto, em 1º de julho de 2020, durante uma operação policial

DESTAQUE

rem uma arma para justificar a ação policial. As respostas às acusações foram apresentadas em 13 de novembro do mesmo ano.

Segundo o parecer ao qual a reportagem teve acesso, quatro policiais do Comando Tático Rural da Polícia Militar do Ceará (Cotar) realizavam uma operação para prender 'Sequestro' na madrugada do assassinato. A única informação disponível era de que o traficante estava numa casa de muro 'roxo' no Residencial Irmã Alzira.

A casa era de Canoa. Ao chegar no local, a polícia bateu no portão e pediu para que todos saíssem. Quando o primeiro entrou, Lizangela pediu para acompanhá-lo na vistoria, o que foi negado no primeiro momento. Após insistência, um outro agente liberou a entrada da mulher. Um disparo foi ouvido, assim que passavam pela porta da sala. Depois do assassinato, Canoa foi retirada novamente. Após alguns minutos, Mizael foi retirado, ainda enrolado no edredom, e colocado numa das viaturas que se reuniram no local.

Mizael chegou sem vida ao hospital. Os policiais prestaram depoimentos à delegacia e entregaram uma arma de fogo, informando pertencer à vítima. No depoimento, disseram que o adolescente recebeu Neemias e Luiz Antônio de Oliveira Jucá armado, e que, após pedirem a rendição de Mizael, realizaram dois disparos. A fala contradiz o exame realizado pelo médico legista, que constatou apenas um tiro de

fuzil. O disparo, como consta no laudo, foi de média a longa distância, com a bala fazendo um trajeto de baixo para cima. A vítima não estaria deitada ou em pé, mas numa posição em que estivesse sentada, levantando ou ajoelhada. A perícia não encontrou nenhum projétil no quarto.

Já em 27 de dezembro de 2024, o MPCE alterou sua posição e o promotor Sérgio Henrique de Almeida Leitão solicitou a absolvição sumária do sargento Neemias, argumentando que ele agiu em legítima defesa. A Promotoria também concluiu que não houve crime de fraude processual por parte dos policiais envolvidos.

A mudança de postura do MPCE gerou protestos de familiares de Mizael, movimentos sociais e da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE), que atua como assistente de acusação no processo. Eles contestam a nova tese, destacando contradições nas provas e o desaparecimento



DESTAQUE

O crime

Em 1º de julho de 2020, Mizael foi morto por um disparo de fuzil enquanto dormia na casa da tia Lizangela Rodrigues da Silva Nascimento, em Chorozinho, na Grande Fortaleza.

Primeiras investigações

A Polícia Militar alegou que buscava um traficante com características semelhantes às de Mizael. A família contestou essa versão, afirmando que o menino não tinha envolvimento com crimes. Seis meses após o ocorrido, a investigação ainda não havia sido concluída, e o Ministério Público do Ceará (MPCE) solicitou mais diligências à Controladoria Geral de Disciplina (CGD).

Reconstituição

Em maio de 2021, a CGD finalizou o inquérito com a realização da reconstituição do crime, cujo laudo corroborou a versão da família de que Mizael dormia quando foi atingido.

Indiciamento

Três policiais militares foram indiciados: o sargento Neemias Barros da Silva, por homicídio e fraude processual, e os soldados Luiz Antônio de Oliveira Jucá e João Paulo de Assis Silva, por fraude processual.

Denúncia

Em junho de 2022, o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) denunciou os três policiais militares por envolvimento na morte de Mizael. A Justiça acolheu a denúncia, tornando-os réus no processo.

da principal testemunha do caso, Canoa. Um ato cobrando justiça foi realizado em sete de fevereiro, destacando a ausência de provas de que Mizael estivesse armado e o desaparecimento da principal testemunha do caso.

A DPCE manifestou profunda preocupação com os argumentos apresentados pelo MPCE e disse que “os memoriais no prazo legal, contestando os apontamentos pelo Ministério Público do Estado do Ceará com base no robusto conjunto probatório dos autos, que totaliza mais de 2 mil páginas”.

“Desde julho de 2020, a Defensoria acompanha integralmente o caso, participando de todas as etapas processuais – incluindo o inquérito policial, a reconstituição dos fatos e a fase de instrução – e oferecendo assistência contínua aos familiares da vítima, cuja conduta exemplar tem sido reconhecida em todos os relatos e testemunhos. Ressaltamos que

a principal testemunha do caso encontra-se desaparecida há dois anos, uma circunstância que intensifica sua complexidade. Acrescenta-se ainda que o inquérito sobre o desaparecimento permanece sem movimentação, o que evidencia a necessidade de maior atenção ao caso”.

De acordo com a DPCE, foi solicitado nos memoriais a quebra do sigilo processual, “visando garantir a transparência necessária e assegurar que a sociedade tenha pleno acesso aos fatos”. “Reiteramos nossa expectativa de que o Poder Judiciário analise o caso com a profundidade e o rigor indispensáveis, garantindo justiça à vítima e amparo aos seus familiares”, finaliza.

Atualmente, o processo encontra-se na fase de decisão sobre a pronúncia, que determinará se os acusados serão levados a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Procurado sobre as posições distintas no Caso Mizael, o

MPCE não se pronunciou até o fim desta reportagem.

Outras investigações, outras denúncias

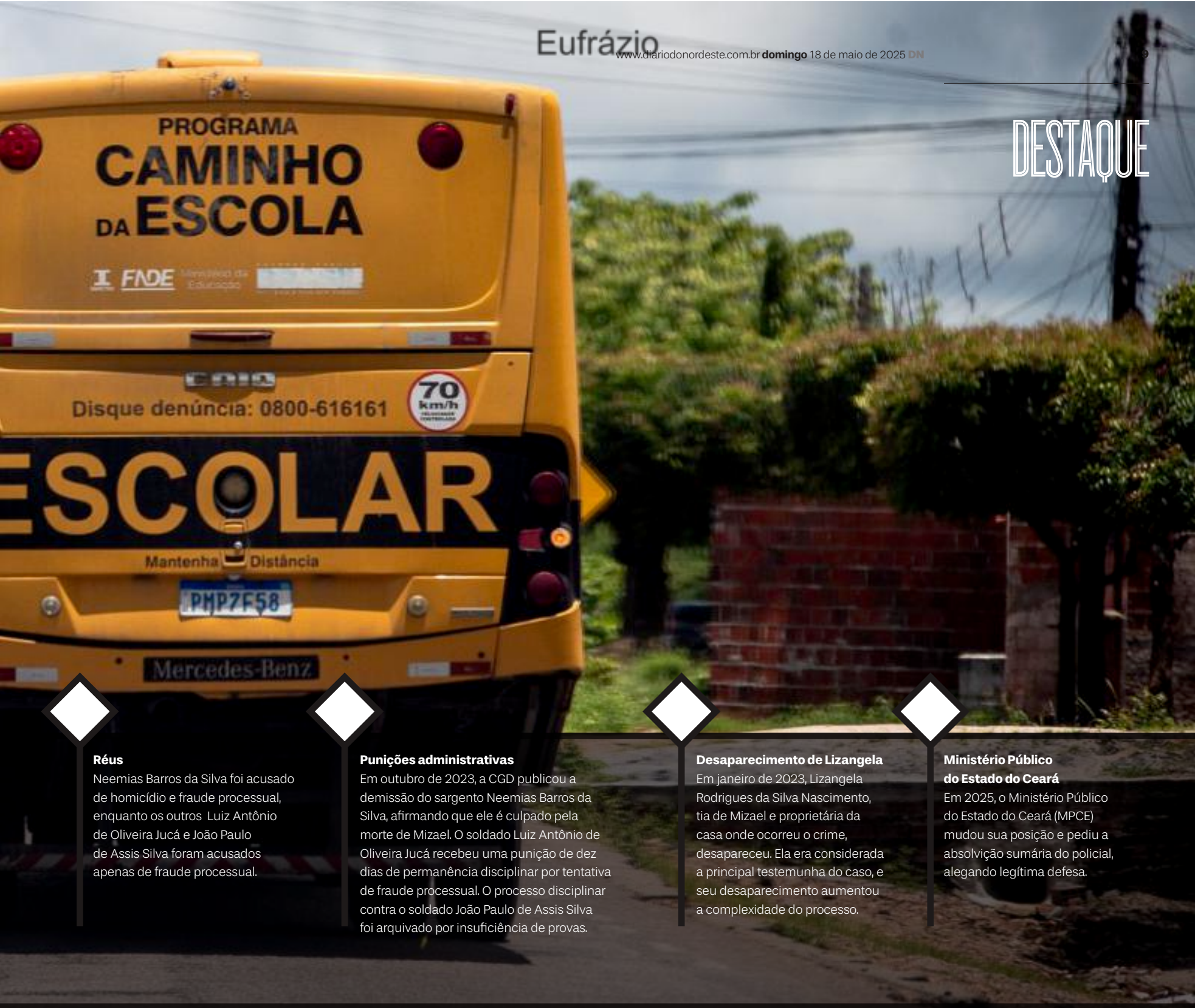
Uma investigação conduzida pelo Inquérito Policial Militar (IPM) concluiu que a ação dos policiais envolvidos no caso Mizael se deu em legítima defesa, causando indignação na família da vítima. Conforme reportagem publicada pelo Diário do Nordeste em 8 de outubro de 2020, Lizangela Rodrigues, questionou o resultado do inquérito, alegando que a Polícia Militar não ouviu testemunhas fundamentais para o caso. “Era óbvio que iam concluir por legítima defesa. Esperamos agora pela apuração das perícias e investigações da Delegacia de Assuntos Internos (DAI)”, declarou à época.

Antes mesmo do assassinato de Mizael, o sargento Neemias já era investigado por outro episódio de violência. Segundo reportagem do Diário do Nordeste, de 10 de julho de

2020, o agente respondia a um inquérito no IPM por tortura. Na denúncia, um homem relatou ter sido algemado, encapuzado com panos e submetido a sessões de sufocamento com toalha e água, para forçá-lo a informar o paradeiro de um suspeito identificado como Ricardo.

De acordo com o Boletim de Ocorrência (BO) registrado pela vítima, a casa foi invadida e ele foi imobilizado e torturado. Sem saber o paradeiro do procurado, foi levado em uma viatura até uma lagoa. Durante o trajeto, os policiais acessaram seu celular sem permissão e o ameaçaram de morte caso denunciasse o crime. No depoimento, o sargento negou envolvimento na ocorrência.

No entanto, em junho de 2019, um inquérito militar presidido por um tenente do Batalhão de Choque, unidade à qual o Cotar é subordinado, concluiu que os policiais investigados não participaram do episódio nem praticaram



Réus

Neemias Barros da Silva foi acusado de homicídio e fraude processual, enquanto os outros Luiz Antônio de Oliveira Jucá e João Paulo de Assis Silva foram acusados apenas de fraude processual.

Punições administrativas

Em outubro de 2023, a CGD publicou a demissão do sargento Neemias Barros da Silva, afirmando que ele é culpado pela morte de Mizael. O soldado Luiz Antônio de Oliveira Jucá recebeu uma punição de dez dias de permanência disciplinar por tentativa de fraude processual. O processo disciplinar contra o soldado João Paulo de Assis Silva foi arquivado por insuficiência de provas.

Desaparecimento de Lizangela

Em janeiro de 2023, Lizangela Rodrigues da Silva Nascimento, tia de Mizael e proprietária da casa onde ocorreu o crime, desapareceu. Ela era considerada a principal testemunha do caso, e seu desaparecimento aumentou a complexidade do processo.

Ministério Público do Estado do Ceará

Em 2025, o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) mudou sua posição e pediu a absolvição sumária do policial, alegando legítima defesa.

os atos denunciados. Mesmo assim, quatro meses depois, o MPCE solicitou novas diligências. O órgão recomendou, entre outras medidas, o reconhecimento presencial dos policiais pela vítima, a oitiva da esposa do denunciante e o envio de dados do rastreamento das viaturas do Cotar no dia da ocorrência. Em novembro daquele ano, os autos foram devolvidos ao Comando Geral da PM para cumprimento das determinações.

Poucos avanços

Desde a morte do jovem Mizael, o Brasil tem apresentado poucos avanços na adoção de medidas efetivas ou na responsabilização de agentes públicos envolvidos em ações letais. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam que adolescentes e jovens são os principais alvos da violência policial, representando 71,7% das vítimas, uma proporção superior à observada nos casos gerais de homicídio, nos quais

“A segurança pública existe para garantir e resguardar direitos e não para violá-los como no Caso Mizael, por exemplo”

Fernanda Naiara

Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC)

47,4% das vítimas tinham até 29 anos.

A análise por faixa etária indica que a taxa de mortalidade entre jovens de 18 a 24 anos é três vezes maior que a média nacional, chegando a 9,8 mortes por 100 mil habitantes. Em 19,5% dos casos registrados, o local do suposto confronto foi identificado como uma residência. No entanto, não há informações que confirmem se o imóvel era o domicílio da vítima ou apenas o local onde ela foi morta.

No ano passado, 189 pessoas morreram em decorrência de intervenções policiais no Ceará, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). O número representa um aumento de 28,5% em relação a 2023, quando foram registradas 147 mortes. Além disso, 2024 se tornou o ano mais letal em confrontos envolvendo forças de segurança no Estado nos últimos seis anos.

Fernanda Naiara, pesqui-

sadora do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC), destaca que a violência policial deve ser reconhecida como um problema social e enfrentada pelo Estado, tanto por meio da responsabilização dos agentes quanto pela garantia de reparação às vítimas. “É necessário que o Estado consiga, de fato, controlar essas forças policiais para que o problema não piore. Hoje, vivenciamos uma atuação cada vez mais desigual, em que a ação policial está cada vez mais ostensiva, diferenciando bairros e cor da pele, sendo pautada numa política de morte”.

“A segurança pública existe para garantir e resguardar direitos e não para violá-los como no Caso Mizael, por exemplo. Precisamos de uma polícia que transforme o cotidiano para melhor, uma polícia comunitária que busque a redução da violência”, finaliza.



CEARÁ

Mãe planta cannabis para tratar filho autista no CE e vira ativista do uso medicinal; ‘é outra vida’. Uso da substância foi debatido, ontem (17), na Feira Canábica do Ceará, com mutirão de acolhimento médico, oficinas, aula de pilates, tira-dúvidas jurídico e rodas de conversa



Robervania é ativista em defesa do uso medicinal da cannabis

FOTO: DAVI ROCHA

Theyse Viana theyse.viana@svm.com.br

Cultivo salvador

Allanzinho, como a mãe chama, tem uma síndrome rara, ainda em investigação, e autismo com nível 3 de suporte

Aos 4 meses de idade, quando a respiração falhou, Allan já soube que viver era desafio. Até os 5 anos, a asma era o cotidiano dele e da mãe, Robervania da Silva, 38, – até que se tornou “simples” diante das graves crises agressivas e de automutilação do pequeno. Hoje, aos 10 anos, “a vida é outra”, transformada pelo uso do óleo de cannabis medicinal.

Robervania é uma das ce-

arenses com habeas corpus (HC) para cultivar a planta em casa, documento obtido em 2022 como medida para proteger a liberdade da cearense e permitir que ela mantenha a plantação de cannabis sem risco de ser abordada por forças de segurança.

Apesar de ter a “permissão” há quase três anos, foi só há menos de uma semana que ela conseguiu montar a estrutura adequada em casa para culti-

var, sob um investimento de milhares de reais, obtidos por empréstimo. A tentativa, porém, é sem preço: a de conferir mais qualidade de vida ao filho pequeno.

Allanzinho, como a mãe chama, tem uma síndrome rara, ainda em investigação, e autismo com nível 3 de suporte. Mesmo tão pequeno, chegou a tomar oito medicamentos de forma simultânea para frear as crises – “vivía dormindo”, como

relembra Robervania. “Quando ele acordava, voltava a ficar choroso e muito agressivo, me batia, arrancava meus cabelos. Depois da cannabis, ele passou a não ter mais tantas crises. A gente consegue sair com ele na rua, levar à praia, ao Castelão. Foram grandes melhoras em tudo, muita qualidade de vida”, reforça a mãe.

Ela mesma, aliás, recorre ao uso do óleo e às outras aplicações da planta, para tratar as dores crônicas que sente devido à fibromialgia.

Allan usou o óleo de cannabis pela primeira vez em 2020, após “muita pesquisa e estudo” da mãe. Antes disso, as internações hospitalares eram constantes. “Depois do óleo, já são quatro anos sem nenhuma. E ele, sempre não verbal, passou a me chamar de ‘mamãe’. Meu filho agora não fica dopado”, emociona-se. Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

SEGURANÇA

Diário

Erro no cadastro de celular apreendido resulta na absolvição de 12 acusados de integrar facção GDE. Após a publicação da sentença de absolvição, o erro foi corrigido pela Polícia Civil, o celular encontrado pela Pefoce e a extração dos dados do aparelho realizada

seguranca@svm.com.br



Os identificados foram acusados de participar da GDE

Cadastro errado

Uma informação errada inserida em ofício acerca de um celular apreendido por policiais civis com provas que poderiam incriminar um grupo de acusados resultou na absolvição de 12 homens denunciados por integrar a facção criminosa Guardiões do Estado (GDE).

Prisões, investigação e denúncia acabaram, em parte, “invalidadas” quando a Perícia Forense do Estado do Ceará (Pefoce) comunicou a Justiça que “após revisão minuciosa dos registros de recebimento e das evidências físicas encaminhadas, confirmamos que tal equipamento não constava entre os materiais entregues a este Núcleo”.

Meses depois da comunicação e, após já serem expedidos os alvarás de soltura para este

grupo, o celular reapareceu. Conforme documento obtido pela reportagem, o IMEI (Identificação Internacional de Equipamento Móvel) havia sido informado ou catalogado com número errado.

Em 2021, por meio de ofício a Denarc assumiu que partiu dela o “equivoco no registro do aparelho apreendido... No ofício encaminhado à Pefoce constavam IMEIs diferentes dos vinculados ao aparelho, razão pela qual a Denarc solicitou a devolução do celular àquele órgão para fins de verificar o ocorrido, quando perceberam o equivoco em seu registro”.

Só depois da publicação da sentença, que já transitou em julgado, no dia 7 de setembro de 2024, a Pefoce apresentou a extração de dados do celular objeto de apuração. Foi então

determinada a juntada do laudo pericial de extração de dados do aparelho para todos os processos desmembrados de outros réus que ainda não tinham sido julgados.

Com as provas validadas, em abril deste ano veio a sentença de outros quatro acusados. Três foram absolvidos e soltos e um condenado. André Florindo da Silva foi sentenciado com pena de cinco anos e seis meses de prisão.

A reportagem questionou Polícia Civil, Pefoce e Ministério Público do Ceará sobre o caso. Em nota, a “Perícia Forense do Ceará (Pefoce) informa que o aparelho em questão não foi extraviado e que, com a utilização de equipamentos modernos, o exame pericial foi concluído. A Pefoce reforça seu compromisso com a exce-

lência técnica, a integridade das provas e a transparência institucional”.

O MP informou que não iria se manifestar. A Polícia Civil não respondeu até a edição desta matéria.

O caso

Tudo começou no dia 6 de dezembro de 2019. Nesta data foram presos José Ferreira Rodrigues e Emanuel Guilherme Nascimento, devido aos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico. Com Emanuel, que segundo a acusação tem função de “punição e julgamento dos membros faccionados que estão em atraso no pagamento da caixinha da referida organização criminosa” foi apreendido um celular. Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

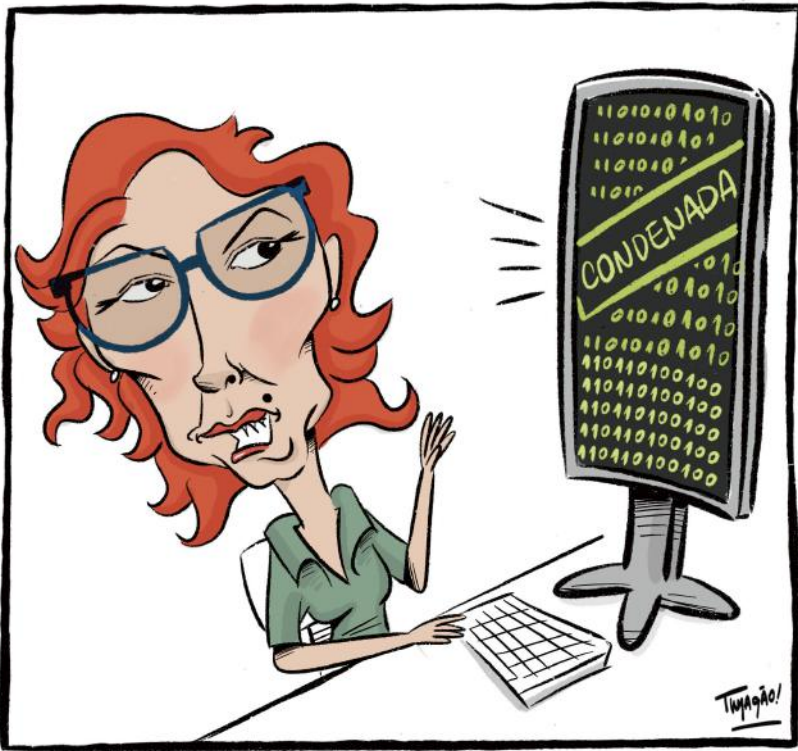
96

Pessoas foram acusadas, no total

OPINIÃO

“Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho.” Edson Queiroz

CHARGE



EM DESTAQUE HOJE

Há 35 anos, OMS deixava de considerar homossexualidade uma doença

No dia 16 de maio de 1990, quem consultasse o Código Internacional de Doenças (CID), encontraria o termo homossexualidade ao lado do número 302.0. Havia anos, no entanto, que a comunidade de LGBT lutava para que houvesse uma revisão da publicação, da Organização Mundial da Saúde (OMS), e a palavra fosse retirada da lista de doenças. O dia seguinte seria considerado, portanto, um marco para os ativistas LGBT, já que a OMS, em sua 43ª assem- bleia mundial, naquela data, finalmente revisaria o CID e deixaria de considerar a homossexualidade uma doença



FOTO: CONFLGBTQIA.ORG/DIVULGAÇÃO

IDEIAS



Apostas Digitais

Bruno Lessa e Jorge Luiz Bezerra de Araújo

Pesquisadores

Nos últimos anos, o avanço das tecnologias digitais transformou profundamente a dinâmica do entretenimento, do consumo e, sobretudo, das apostas online. As chamadas “Bets” — plataformas de apostas esportivas e jogos de azar acessíveis por aplicativos e sites — têm se disseminado com velocidade impressionante no Brasil, alavancadas não apenas pelo apelo à diversão e à promessa de lucro rápido, mas por uma estratégia sofisticada de comunicação apoiada em influenciadores digitais.

Essa associação entre apos-

tas e influência tem levantado sérios questionamentos éticos e sociais, exigindo com urgência uma regulação governamental eficaz. Muitos influenciadores, com milhões de seguidores, promovem as Bets como se fossem atividades rotineiras e inofensivas, sem alertar sobre os riscos reais envolvidos. A naturalização das apostas em vídeos, stories e lives cria uma percepção distorcida, especialmente entre jovens, de que é possível enriquecer facilmente com palpites esportivos.

Essa prática incentiva comportamentos compulsivos

e expõe uma população vulnerável — muitas vezes em situação de desemprego ou informalidade — a um ciclo de perda financeira, ansiedade e ilusão. A ausência de uma regulação robusta agrava ainda mais esse cenário. Diferente de outros países que já estabelecem limites de publicidade, exigem avisos de risco e mecanismos de proteção ao usuário, o Brasil ainda caminha lentamente nesse debate.

A regulação não deve apenas buscar arrecadação fiscal, mas sim proteger o consumidor, estabelecer regras claras de publicidade, restringir a

A regulação não deve apenas buscar arrecadação fiscal, mas sim proteger o consumidor

atuação de influenciadores na promoção irresponsável dessas plataformas e exigir transparência dos algoritmos usados pelas Bets para engajar seus usuários. Diante desse contexto, torna-se fundamental que o Estado atue de forma proativa, com legislações que acompanhem a complexidade do ambiente digital.

Sem regulação, corremos o risco de transformar um entretenimento digital em um problema de saúde pública ainda mais grave, impulsionado por influências que privilegiam o lucro em detrimento da responsabilidade social.



Divaldo e a causa do amor

Gilson Barbosa

Jornalista

Sempre que perdemos uma referência positiva, de alguém voltado à defesa da paz ou à prática da solidariedade, certamente seus exemplos aqui deixados nos inspirarão e animarão para a construção de um mundo melhor. Assim ocorreu há pouco, quando o Papa Francisco nos deixou. E agora mesmo, novamente, fomos desfalcados de outra personalidade que, durante sua longa trajetória terrena, exerceu plenamente o amor ao próximo.

Refiro-me ao baiano Divaldo Pereira Franco (1927-2025), nascido em Feira de Santana e falecido em Salvador, na terça-feira, 13 de maio, aos 98 anos de vida. Tivemos o prazer de conhecê-lo quando de uma entrevista feita com ele, nos primeiros anos do Diário do Nordeste, na sede da União Espírita Cearense, ali no início da avenida Tristão Gonçalves, numa noite já perdida no tempo. Ele, sempre muito tranquilo e extremamente educado, recebeu aquele então novel repórter, respondendo, com a simpatia que o caracterizava, cada pergunta que lhe era dirigida.

Foram momentos breves, mas que ficaram para sempre marcados em nossa lembrança. Sem dúvida, ele é mais uma dessas pessoas que farão falta, não apenas pelo conhecimento e pela sabedoria com que pregava a doutrina espírita, mas, principalmente, por todo o trabalho que executou, na prática, em prol daqueles que precisam tanto de apoio e de ajuda.

A exemplo do grande médium mineiro Francisco Cândido Xavier (1910-2002), ou Chico Xavier, Di-

valdo era devotado à causa do amor em seu significado mais profundo. Extremamente inteligente, sábio, foi um grande orador, professor, um médium que estudava a doutrina, deixando um grande legado filantrópico. Juntamente com seu amigo Nilson de Souza Pereira ele fundou, em 1952, uma instituição de caridade, denominada Mansão do Caminho, hoje situada no bairro do Pau da Lima, em Salvador.

A instituição filantrópica é uma obra do Centro Espírita Caminho da Redenção e foi uma das pioneiras no assistencialismo social e no parto humanizado na capital da Bahia. Até o final da década de 1980, a entidade já havia abrigado quase 700 crianças e adolescentes. Na atualidade, atende diariamente cerca de 6 mil pessoas e abriga mais de 3 mil, centenas delas registradas como filhos de Divaldo Franco.

Ele, que desde a infância relatava comunicar-se com os espíritos, deixou mais de 250 livros psicografados, cuja autoria é na maior parte atribuída a sua mentora espiritual, Joanna de Ângelis. Os direitos autorais dessas obras, cujas vendas já superaram mais de 8 milhões de exemplares, foram registrados em cartório para a Mansão do Caminho e outras instituições assistenciais. Sua ligação efetiva com o espiritismo iniciou-se ao fundar o Centro Espírita Caminho da Redenção, também em Salvador, no ano de 1947, e desde então esta foi a nobre tarefa que abraçou para sempre. O homem partiu, mas sua obra continua viva. E isto, afinal de contas, é o que importa. A ele, nossa homenagem.



Mães que não voltam

Álvaro Madeira Neto

Médico

O Brasil assiste à persistência de um fenômeno que deveria ter sido sepultado com a Constituição de 1988: a morte materna evitável. Em 2024 foram 1.184 mulheres que perderam a vida no ciclo gravídico-puerperal. Mais de três mulheres por dia. Cada uma dessas mortes não é apenas uma perda individual, mas sim coletiva. A mortalidade materna não é um evento biomédico isolado: é um marcador da falência do pacto civilizatório.

Embora tenhamos reduzido os índices em 29% desde 2000, como apontam os dados do Ministério da Saúde, não podemos permitir que o progresso estatístico apague a injustiça estrutural. A maioria dessas mortes decorre de causas conhecidas e controláveis. Isso demonstra que o problema não é terapêutico, mas sistêmico.

No Brasil, ela expressa as desigualdades entre raça, território e renda. Mulheres negras, ribeirinhas e periféricas são as que mais morrem. Onde faltam profissionais, leitos obstétricos e acompanhamento pré-natal qualificado, impera uma lógica de abandono que condena gerações antes mesmo do primeiro choro.

No cenário global, o Brasil não está isolado. A mesma racionalidade excludente atravessa os campos de refugiados em Mianmar, ou nos hospitais destruídos no Iêmen. Um estudo publicado em maio de 2025 na Lancet Global Health analisou o impacto das sanções internacionais de ajuda ao desenvolvimento sobre a

mortalidade materna entre 1990 e 2019. Os achados são perturbadores: países alvo dessas sanções registraram aumento médio de 10,9 mortes maternas a cada 100 mil nascimentos. A lógica é perversa: punições diplomáticas, mesmo que motivadas por violações políticas, afetam diretamente os fluxos de assistência internacional à saúde e à infraestrutura básica. Quem paga a conta são as mulheres, quase sempre pobres, quase sempre invisíveis.

Políticas como o corte de verbas da USAID ou o declínio das transferências multilaterais da OCDE, somadas a bloqueios econômicos, destroem pontes frágeis de cuidado. Segundo o mesmo estudo, sanções de cinco anos podem anular até 60% dos avanços obtidos em mortalidade materna em países de baixa renda no mesmo período. A retórica geopolítica, quando descolada da compaixão, mata silenciosamente, não nas manchetes, mas nas estatísticas que poucos leem.

No Brasil, que possui um sistema universal de saúde constitucionalmente garantido. Programas de fortalecimento da atenção básica, cuidado pré-natal qualificado, redes regionais de urgência e emergência obstétrica e educação permanente de equipes precisam ser prioridade.

Chegamos a um ponto em que a morte de uma gestante não é mais uma fatalidade, mas uma escolha coletiva, ainda que inconsciente. Cada mulher que morre parindo leva consigo uma nação que falhou.

OPINIÃO

Gripe aviária no Brasil

Uruguai e Chile suspendem importação de carne de frango do Brasil por temor de gripe aviária. Caso de doença que atinge as aves foi confirmada pelo Ministério de Agricultura



Após a confirmação de casos de gripe aviária em uma granja no Rio Grande do Sul, a reação internacional tem sido de suspender a importação de frangos do Brasil. Ontem (17), foi a vez de Uruguai e Chile, vizinhos do País na América do Sul, aplicarem a sanção. A informação foi confirmada pelo secretário de comércio e relações internacionais do Ministério da Agricultura, Luís Rua,

em declaração ao jornal Folha de S. Paulo. É esperado que o México também adote a medida, mas ainda não há confirmação sobre o assunto. Não há prazo para o fim da suspensão. Os dois países se juntam a Argentina, China e União Europeia, que já suspenderam as importações de carne de frango brasileira. Em 2024, os principais importadores de carne de frango do País somaram US\$ 2,2 bi.

CNH Popular

Atendimentos da CNH Popular chegam a cinco municípios do Ceará a partir de segunda (19)



A partir dessa segunda-feira (19), os candidatos com inscrições aprovadas no programa CNH Popular, nas edições 2023 e 2024, começarão a ser atendidos pelo Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (Detran-CE) nos municípios

de Baturité, Canindé, Cascavel, Horizonte e Pacajus por meio de agendamento no site oficial da organização. No endereço eletrônico, os alunos devem entrar na sessão "Acompanhe a sua inscrição", com RG, CPF e comprovante de endereço.

600 mil visitantes por ano

Parque do Cocó é o mais visitado entre unidades de conservação estaduais no Brasil



O Parque Estadual do Cocó, em Fortaleza, lidera o ranking das unidades de conservação de gestão estadual mais visitadas do Brasil. O dado consta na primeira edição do estudo "Visitômetro dos Parques do Brasil", divulgado pelo Instituto

Semeia, com base em informações de 2023. De acordo com o Governo do Estado, o parque cearense recebe anualmente 598.748 visitas. A pesquisa do Instituto Semeia considera dados de visitação de parques federais, estaduais e municipais.

Proposta polêmica

Governo Trump avalia reality show com imigrantes disputando cidadania

O Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (DHS, em inglês) do governo de Donald Trump está avaliando uma proposta de programa de televisão no formato de reality show em que imigrantes competiriam entre si pelo direito à cidadania norte-americana. A iniciativa, que ainda se encontra em fase inicial de análise, prevê uma série de provas inspiradas em elementos considerados representativos da cultura e da história dos EUA.



Até 26 de maio

Unifor oferece 850 bolsas filantrópicas de 50% a 100% para semestre 2025.2

A Universidade de Fortaleza (Unifor), instituição mantida pela Fundação Edson Queiroz, está com inscrições abertas para o programa Super Bolsas Filantrópicas, que oferece 850 bolsas de 50% e 100% de desconto na mensalidade para cursos de graduação presencial e a distância. Mais de 50 cursos estão contemplados, entre eles: Administração, Economia, Jornalismo, Publicidade, Cinema e Audiovisual, Design de Moda, Ciência da Computação e diversas Engenharias.



PONTO PODER

Diário

Licença-paternidade no Brasil: após décadas de legislação frouxa, STF pode decidir extensão em junho. Atualmente, pais têm direito apenas a 5 dias de folga após o nascimento ou adoção de uma criança, sem o benefício do salário-paternidade

Ingrid Campos ingrid.campos@svm.com.br

Nos primeiros meses de vida, o bebê toma vacinas, desenvolve audição, visão e olfato e começa a reconhecer os rostos de pessoas próximas, a expressar seus primeiros sorrisos e sons – como as gargalhadas – e a sentir as dores do nascimento dos dentinhos. Os homens, contudo, podem perder boa parte dessa experiência, já que devem retornar ao trabalho no 6º dia de nascimento de um filho.

O período é o mesmo desde 1988, quando a nova Constituição Federal passou a prever a licença-paternidade. Nas suas disposições transitórias, texto foi claro ao dizer que o afastamento de trabalhadores rurais e urbanos nesse caso seria de 5 dias até regulamentação em lei posterior.

Quase 40 anos depois da promulgação da Constituição, nenhuma das mais de 7 mil leis aprovadas pelo Congresso Nacional no período dizia respeito à regulamentação desse direito. A negligência foi questionada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) em ação apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012.

O objetivo não era contestar o direito garantido às mulheres, que têm 120 dias de licença, mas sim ampliá-lo para pais e garantir maior assistência para mães e filhos.

Em 2023, a Corte reconheceu a omissão do Legislativo e fixou um prazo de 18 meses, que acaba em junho deste ano, para que a regulamentação seja feita. A tese de julgamento aprovada foi a seguinte: “1- Existe omissão inconstitucional relativamente a edição da lei regulamentadora da licença-paternidade prevista no artigo 7º, inciso 19 da CF/88. 2- Fica estabelecido o prazo de 18 meses para o Congresso sanar a omissão apontada. 3- Não sobrevivendo a lei regulamentadora no prazo acima estabelecido, caberá a este tribunal fixá-lo”.

Brasil

A “gambiarra” também é observada na Consolidação



FOTO: ISTOCK

O entendimento mais forte no STF é de estabelecer uma licença-paternidade de 120 dias

Direito ampliado

das Leis Trabalhistas (CLT), que, ao invés de uma licença, concede apenas uma folga para os homens nesses casos, sem a contrapartida do pagamento de um salário-paternidade pela Previdência Social. O direito é redigido da seguinte forma:

“Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: III - por 5 (cinco) dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada”

O trecho foi inserido em

2022, em meio a lei que instituiu o Programa Emprega + Mulheres, destinado à inserção e à manutenção de mulheres no mercado de trabalho. Antes disso, a situação era ainda mais difícil, já que o direito era de apenas um dia.

Os pais podem até prolongar o afastamento por mais 15 dias, mas isso só vale para funcionários de instituições inseridas no Programa Empresa Cidadã. Cabe ressaltar, ainda, que o afastamento vale para aqueles trabalhadores de carteira assinada. Ou seja, ser-

vidores públicos seguem regras específicas e trabalhadores autônomos vivem um limbo legal. Enquanto isso, desde 2002, o texto dedica quase toda a seção “Da proteção à maternidade” para detalhar o uso da licença por mulheres – que inclui mães adotivas, parto prematuro, entre outras situações –, com a concessão de um salário-maternidade, de 120 dias de afastamento, e com a garantia da manutenção do emprego. Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

R\$ 17,5

Bilhões por ano seria o custo do salário-paternidade na projeção feita pelo GT para os pagamentos entre 2024 e 2026

VERSO

COMPORTAMENTO

Escape para dias difíceis

Carolina Weyne, 68, e parte de sua coleção de bebês reborn

Cearense tem coleção com 80 bebês reborn: 'Através deles, eu busco a minha interioridade'. A colecionadora de 68 anos, que se formou historiadora e fez mestrado em filosofia, hoje vê os bebês reborn sob um prisma existencialista. Os bonecos e a produção de vídeos são escape para dias mais difíceis

Ana Beatriz Caldas
beatriz.caldas@svm.com.br

O primeiro andar da casa da cearense Carolina Weyne, 68, é amplo e bem iluminado. Com todos os cômodos principais da residência localizados no térreo, ali estão apenas os móveis que a aposentada considera essenciais para o espaço: 13 berços, uma caminha e duas estantes de plástico, todos ocupados por diferentes tipos e tamanhos de bebês reborn.

Ao todo, cerca de 80 bonecos, entre originais e réplicas, preenchem o local, dividido entre uma sala grande e dois quartos. Além dos espaços destinados para os brinquedos, uma estante de gesso repleta de roupinhas de bebê complementa o cenário, que pode parecer estranho para quem o observa pela primeira vez, mas que, nos últimos anos, tem sido sinônimo de tranquilidade, afeto e diversão para Carolina.

"Através deles, eu busco a minha interioridade – principalmente por estar na terceira idade, que é um período que, para mim, significa muita reflexão", explica a colecionadora, que se formou historiadora, fez mestrado em filosofia e hoje vê os bebês reborn sob um prisma existencialista, uma escolha calculada e consciente

por habitar um "mundo diferente" durante parte do dia.

Se engana, porém, quem acha que, pelo cuidado e atenção dispensados aos brinquedos, Carolina os vê como bebês de verdade. Para ela, os bonecos são apenas uma paixão antiga e uma ferramenta terapêutica, e têm sido importantes especialmente nos últimos anos, após a chegada da aposentadoria.

"É claro que a gente sabe que não são bebês de verdade, eles nem sequer fazer referência a seres humanos. Eles fazem referência, sim, a momentos íntimos da gente, que a gente viveu e que deixou guardado, e que agora é a hora de lembrar", destaca. "Para cada colecionador, eles têm um significado especial, por isso que são terapêuticos, por isso que eles fazem tão bem a

gente", completa.

A relação de Carolina com a ludicidade veio muito antes dos bebês reborn. Por décadas, ela foi professora de crianças e adolescentes e utilizou maquetes, bonecos, animais de brinquedo e outros objetos do gênero para ensinar. Quando a filha Roberta – hoje com 40 anos – nasceu, começou a comprar mais bonecas e acabou iniciando, aos poucos, uma coleção pessoal. "Sempre tive bonecas tradicionais, sempre gostei. Com o nascimento da minha filha, era a 'desculpa', porque era uma menina", brinca.

Há pouco mais de seis anos, já com uma coleção de bonecas "de loja" – modelos tradicionais industrializados –, com o intuito de economizar, entrou no mundo das trocas: comprava algumas bonecas, depois as trocava por outras e assim ia transformando a coleção. Pouco tempo depois, conheceu os bebês reborn e decidiu que iria focar principalmente neles, já que o realismo dos brinquedos era diferente de tudo que tinha

visto.

O primeiro boneco realista veio de uma cegonha de Itaitinga. Depois, conheceu uma artesã de Salvador (BA) que se tornou sua "cegonha oficial". "Ela se identificou muito comigo e eu também com ela, mesmo não conhecendo pessoalmente. A partir daí, ela começou a me mostrar os kits que, de acordo com o que a gente se conheceu, ela via que estavam em afinidade comigo, porque cada pessoa tem as suas peculiaridades", explica.

Desde o início, os favoritos de Carolina são os bebês expressivos, mais "teatrais". Ao contrário dos bebês reborn mais comuns do mercado, estes não chegam a custar milhares de reais, segundo a colecionadora – especialmente por serem de segunda mão, vendidos em marketplaces. "As bonecas que eu comprei por desapego, eu paguei na média de R\$ 300. O boneco mais caro que eu comprei até hoje foi esse aqui, que foi R\$ 800", conta. Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br

Não há atalhos
para ficar
bem informado,
o caminho é diário.

diariodonordeste.com.br

Diário
do Nordeste



JOGADA



Ceará segue invicto como mandante na Série A

Ceará vence clássico nordestino e afunda Sport no Brasileirão

Lucas Mugni e Galeano marcaram os dois gols da vitória alvinegra na Arena Castelão

Daniel Farias daniel.farias@svm.com.br

Vovô letal

OCeará venceu o Sport por 2 a 0 na tarde desse sábado (17), na Arena Castelão, em Fortaleza (CE), em partida válida pela nona rodada da Série A do Brasileirão 2025. Lucas Mugni e Galeano marcaram os dois gols da vitória alvinegra.

Com o resultado positivo, o Ceará chega a 15 pontos conquistados em nove rodadas disputadas, ocupando pelo menos momentaneamente a quinta colocação na tabela de classificação. Já o Sport, com apenas dois pontos, é o lanterna da competição.

O jogo

O primeiro tempo começou com o Ceará com mais posse

de bola, o que logo foi convertido em gol. Aos oito minutos, após cobrança de lateral de Fabiano, a defesa do Sport cortou e a bola sobrou para Lucas Mugni, que chutou de primeira e acertou o canto esquerdo.

O Sport, jogando com um esquema de três zagueiros, dificultava a criação de novas chances do Ceará, que tinha mais posse, mas não levava perigo à defesa adversária. O Sport tentava finalizações de longe, que paravam em boa atuação de Fernando Miguel.

O jogo caiu de rendimento nos minutos finais, com o Ceará pouco inspirado no setor de ataque. Já nos acréscimos, o Sport teve sua melhor chance de empatar, em cabeçada mui-

Com o resultado positivo, o Ceará chega a 15 pontos conquistados em nove rodadas disputadas

to perigosa de Zé Lucas, que passou muito perto do gol do Vovô.

O segundo tempo começou também em rotação mais lenta. Apesar de ter a bola em muitos momentos, o Ceará er-

rava passes no campo de defesa e dava chances para o Sport chegar ao ataque. O Vovô pouco pressionou no início da segunda etapa.

Mas aos 15 minutos, Dieguinho achou um passe por cima em profundidade para Galeano, que recebeu de cara para o gol adversário e chutou no canto do goleiro, ampliando a vantagem do Ceará na Arena Castelão.

O Sport se lançou ao ataque após sofrer o segundo gol, e naturalmente deixou brechas, que o Ceará tentou explorar no contra-ataque. O Vovô desperdiçou boas chances com Lelê, mas saiu vitorioso da partida, para a festa dos torcedores alvinegros.

Fortaleza perde por 3 a 0 para o Vasco e segue sem vencer fora de casa na Série A. Nuno Moreira e Vegetti (2x) marcaram os gols da vitória do time carioca

Daniel Farias daniel.farias@svm.com.br

JOGADA



Fortaleza perdeu por 3 a 0 para o Vasco na noite desse sábado (17), no estádio São Januário, no Rio de Janeiro (RJ)

Leão atropelado

Fortaleza perdeu por 3 a 0 para o Vasco na noite desse sábado (17), no estádio São Januário, no Rio de Janeiro (RJ), em partida válida pela nona rodada da Série A do Brasileiro 2025. Nuno Moreira e Vegetti (2x) marcaram os gols da vitória do time carioca. Com o resultado negativo, o Fortaleza agora soma dez pontos em nove rodadas disputadas, estando momentaneamente na 13ª colocação. Já o Vasco, com os três pontos, chega a dez em nove jogos, estando na décima colocação.

O jogo

O jogo começou frenético e com gol do Vasco logo aos dois minutos. Nuno Moreira recebeu passe no lado esquer-

do do ataque e chutou de pé direito, colocado, no ângulo de João Ricardo. A equipe carioca começou o jogo com muita intensidade. Depois do gol sofrido, o Fortaleza tentou se lançar mais ao ataque, e criou algumas chances de perigo, mas não foi capaz de balançar as redes. O jogo era muito intenso, com as equipes alternando chegadas ao ataque. O Vasco chegou a marcar mais um gol, aos 19 minutos, mas o lance foi anulado por saída da bola na linha lateral no início do lance. O jogo foi para o intervalo com vitória parcial do Vasco por 1 a 0, com um jogo muito movimentado na etapa inicial. O segundo tempo começou tão intenso quanto o primeiro, e logo no primeiro minu-

Com o resultado negativo, o Fortaleza agora soma dez pontos em nove rodadas disputadas

to, o Vasco ampliou. Paulo Henrique fez boa jogada pela direita e deu assistência para Vegetti, bem posicionado na área para empurrar para o fundo das redes.

O Fortaleza tentou crescer no jogo, com chegadas de Pochettino e Lucero, mas pecava na finalização. No meio do segundo tempo, Marinho e Coutinho foram expulsos. O jogador do Fortaleza, por falta em Piton, e o do Vasco, por discutir com Marinho.

Na reta final da partida, aos 34 minutos do segundo tempo, o Vasco chegou ao terceiro gol. Lucas Piton tocou para Vegetti, que conseguiu finalizar na área e estufar mais uma vez as redes do gol defendido pelo goleiro João Ricardo, dando números finais ao jogo.



Junte-se a **Tais Lopes**
em uma jornada inspiradora,
conhecendo histórias de vida
que impulsionam a
TRANSFORMAÇÃO social.
Descubra realidades,
inspire-se e faça parte
da mudança.

**INSPIRA
& AÇÃO**

TODO SÁB
ÀS 11H45

TRANSFORMAÇÃO

